

Exma. Senhora
Provedora-Adjunta de Justiça
Estrela Chaby

provedor.adjunto@provedor-jus.pt

Assunto: PAES - Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis

Exma. Senhora Provedora-Adjunta, Estrela Chaby,

O Ministério do Ambiente e Energia tem acompanhado este assunto com particular atenção e tem dado prioridade à conclusão da avaliação de todas as candidaturas. Este programa foi lançado em 2023, durante a vigência do XXIII Governo, e teve uma enorme adesão por parte dos cidadãos. A elevada procura, aliada à complexidade da forma como foi concebido, tem gerado constrangimentos na avaliação das candidaturas e no tratamento atempado das reclamações apresentadas pelos interessados.

O aviso publicado em 2023 continha grande complexidade. Para melhor enquadramento, apresentam-se alguns exemplos da complexidade deste programa, e que, dada a impossibilidade de alterar as regras de avaliação depois de publicados os avisos, têm atrasado as avaliações:

- Solicitação de extensa documentação aos interessados, o que frequentemente leva à necessidade de solicitar elementos adicionais aos candidatos. Este procedimento prolonga inevitavelmente o prazo de avaliação e pode resultar em indeferimentos quando não há resposta atempada;
- Requisitos técnicos dos equipamentos pouco claros, o que exige análises técnicas aprofundadas para confirmar a elegibilidade das operações, aumentando o tempo necessário para concluir cada avaliação;
- Critérios que abrigam que a partir de determinado montante de financiamento a um mesmo beneficiário, este tenha de apresentar certificado energético. Este requisito obriga avaliar as candidaturas sequencialmente e a colocar em suspenso avaliações, para determinar se os montantes a atribuir a um mesmo candidato são excedidos.

Adicionalmente, o facto de os cidadãos terem de realizar a despesa antes de conhecerem o resultado da avaliação tem gerado frustração entre os beneficiários. Por estas razões, os XXIV e XXV Governos estabeleceram novas políticas e imprimiram novas orientações à Agência para o Clima, I.P., no sentido de operacionalizar programas em que o financiamento seja atribuído diretamente aos fornecedores, evitando que os cidadãos necessitem de adiantar os custos.

O Ministério do Ambiente e Energia tem plena consciência das dificuldades sentidas e da importância de garantir um processo célere, transparente e rigoroso. Para acelerar a análise das candidaturas, por iniciativa do Ministério do Ambiente e Energia, foram celebrados protocolos com instituições de ensino superior, que têm colaborado ativamente neste processo. Até ao momento, já foi possível iniciar a avaliação das cerca de 80.000 candidaturas submetidas no aviso de 2023. Destas, 45.659 foram consideradas elegíveis e 9.281 estão em avaliação técnica ou financeira. Segundo as informações recebidas, a avaliação das candidaturas deverá estar concluída até ao final do presente ano.

Concluída a avaliação de todas as candidaturas, o Ministério do Ambiente e Energia deu indicação à Agência para o Clima, I.P. para que seja constituída uma *task force* específica para a análise das reclamações, assegurando que todos os procedimentos administrativos e técnicos foram aplicados de forma adequada e equitativa.

Por essa razão importa sublinhar que os avisos recentemente lançados, nomeadamente o Programa E-lar e o Apoio à Aquisição de Veículos de Emissões Nulas, refletem já uma nova geração de programas com procedimentos mais simples e automatizados que permitem decisões de financiamento mais céleres e transparentes, resultado do trabalho contínuo de melhoria e simplificação dos procedimentos.

O Ministério do Ambiente e Energia agradece as recomendações da Senhora Provedora de Justiça, que serão analisadas e implementadas na medida do possível, e reafirma o seu compromisso com a eficiência e a transparência, assegurando que todas as medidas estão a ser tomadas para responder de forma justa e eficaz às preocupações dos cidadãos.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra do Ambiente e Energia

Maria da Graça Carvalho